

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3623, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001

PROCESSO Nº 747/01

RELATOR: Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA

EMENTA: Representação n.º 2/01 - CJC, do Conselheiro JORGE CAETANO, referindo-se às disposições do art. 31, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, que trata da exigência de capital mínimo, ou de patrimônio líquido mínimo, bem como às do art. 56, § 1º, que diz respeito a garantias, requerendo que a Corte pacifique o entendimento sobre a matéria.

DECISÃO Nº 7268/2001

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1) tomar conhecimento da Representação nº 002/2001, oferecida pelo eminente Conselheiro Jorge Caetano, bem como dos documentos acostados aos autos; 2) em relação aos dispositivos legais examinados, uniformizar a jurisprudência da Casa, adotando a seguinte interpretação: a) a garantia prevista no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93 poderá ser exigida para participação em licitação, observados os critérios e as modalidades a que se referem o art. 56, "caput" e seu § 1º, limitada a 1% do valor estimado da contratação; b) a garantia a que se refere o art. 56 da Lei nº 8.666/93, destinada a assegurar o adimplemento do contrato, poderá ser exigida do adjudicatário convocado para contratar, no limite de 5% do valor do ajuste, podendo alcançar 10%, nos casos de obras, serviços ou fornecimentos de grande vulto, que envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis; c) os critérios de avaliação da qualificação econômico-financeira previstos no art. 31, § 2º, da Lei nº 8.666/93, consistentes na comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, são alternativos, ficando a Administração, se considerar necessária a exigência, adstrita à opção por um deles; d) a Administração, caso considere necessário, desde que ofereça a devida motivação, poderá na mesma licitação, contemplar no respectivo edital, para efeito de qualificação econômico-financeira, a exigência de comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, além da garantia prevista no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93, como condição para participar da licitação e da garantia a que se refere o art. 56 da mesma lei, a ser prestada com vista à boa execução do contrato. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o Relatório/Voto do

Relator (anexo I).

Presidiu a Sessão: a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram: os Conselheiros JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA e MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO. Participaram: o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do MPjTCDF, Procuradora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

SALA DAS SESSÕES, 06 DE NOVEMBRO DE 2001

PUBLICAÇÃO: DODF de 22/11/2001, págs. 16 a 29 Proc. nº 2345/00 (Decisão 7289/01) DODF de 6/12/01, pág. 41.